
IGREJA POSITIVISTA DO BRASIL: FONTE PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO¹
<http://dx.doi.org/10.4025/imagenseduc.v5i3.26005>

João Carlos da Silva*
José Claudinei Lombardi**

* Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. joao.silva@unioeste.br.

** Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. zezo@uniamp.br

Resumo

Discute as propostas educacionais do Apostolado Positivista do Brasil, entre 1870 e 1930. O acervo da Igreja Positivista do Brasil, no Rio de Janeiro, abriga um vasto acervo de documentos sobre a plataforma política de Miguel Lemos (1854-1917) e Teixeira Mendes (1855-1927), dirigentes do Apostolado Positivista. Seu conteúdo expressa uma perspectiva ortodoxa do positivismo. Neste estudo a metodologia adotada está alicerçada numa pesquisa histórica, sedimentada em fontes primárias impressas e publicadas pela Igreja Positivista do Brasil, como boletins e folhetos. O positivismo um dos fundamentos filosóficos do ideário republicano, atribuiu à educação, especialmente à escola, a função de instrumento de ação no processo de organização social e política do Brasil republicano.

Palavras-chave: Igreja positivista, fontes, história da educação.

Abstract. Positivist Church of Brazil: a source for the history of education.

Discusses the educational proposals of the Positivist Apostolate of Brazil from 1870 to 1930. The collection of the Positivist Church of Brazil, in Rio de Janeiro, houses a vast amount of documents on the political platform of Miguel Lemos (1854-1917) and Teixeira Mendes (1855-1927), leaders of the Positivist Apostolate. In them are recorded at the Orthodox perspective of positivism. The methodology is based on historical research in primary sources printed and published by the Positivist Church of Brazil, such as newsletters and brochures. Positivism was one of the philosophical foundations of the republican idea, attributing to education, especially to schools, the role of instrument of action in the process of social and political organization of Republican Brazil.

Keywords: Positive Church, sources, history of education.

¹ Este texto faz parte dos estudos desenvolvidos no Doutorado em Educação, junto à Faculdade de Educação da Universidade de Campinas, cuja tese tem como título: *O amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim: as propostas do apostolado positivista para a educação brasileira (1870-1930)*, defendida em 2008.

Introdução

Muito já se escreveu sobre o positivismo, porém, algumas indagações ainda persistem reabrindo um novo debate. Afinal, o que é o positivismo? Uma filosofia datada, superada? Uma atitude intelectual? Um estilo de pensamento? Um estado de espírito? Uma teoria do poder? Um método de pesquisa? Uma teoria da história? Ou, nos termos de Schwarz (2000), um conjunto de 'ideias fora do lugar', em relação ao seu uso europeu? Não pretendemos por fim a todas estas questões, mas contribuir com o debate. É consenso entre os estudiosos do tema que os ideais comtianos exerceram grande influência no Brasil. Entre eles, destacamos Lins, (1967); Cruz Costa (1967); Paim (1981); Soares (1998); Carvalho (1990) e Arana (2007).

A produção da Igreja Positivista do Brasil (IPB), reúne uma farta publicação de material entre 1870 e 1930, podendo ser dividida em dois grupos: o primeiro, as publicações entre 1881 e 1927, denominado de período heróico, que corresponde ao ano de fundação da Igreja Positivista (IP) e o da morte de Teixeira Mendes e Miguel Lemos, fase de maior atividade do apostolado. O segundo grupo abrange as publicações realizadas após 1928, pela iniciativa da delegação executiva, responsável pela direção da IPB, após a morte dos dois apóstolos.

Essas publicações ocorriam por meio de livros, folhetos, periódicos positivistas brasileiros e estrangeiros, além de artigos em jornais, muitas vezes reproduzidos em jornais do exterior. Os periódicos, fontes utilizadas no desenvolvimento deste trabalho, constituem-se na forma de circulares e boletins. As primeiras – uma espécie de revista do grupo para disseminar os ideais positivistas – foram publicadas no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Nesta pesquisa será utilizada a coleção de circulares publicada por Miguel Lemos e Teixeira Mendes, voltados à disseminação dos ideais positivistas. Somam-se a elas as obras de Augusto Comte e de outros autores publicadas pela IPB, além dos escritos dos núcleos positivistas regionais e artigos em jornais produzidos por membros e simpatizantes da IP.

As correspondências trocadas entre positivistas religiosos brasileiros e estrangeiros também constituem fonte importante para compreendermos as ações do Apostolado Positivista do Brasil (APB). Seu conteúdo aborda diferentes temas, entre eles a educação teve um tratamento direto – mediante a publicação de

folhetos específicos a respeito da instrução pública, nos seus diferentes níveis de ensino – e indireto espalhados no conjunto dos documentos².

O acervo da IPB, no Rio de Janeiro, ainda que de preservação precária, de difícil acesso e manuseio, dado seu mau estado de conservação, abriga uma vasta quantidade de documentos, com registros sobre as atividades de Miguel Lemos e Teixeira Mendes.

No trabalho de levantamento das fontes foi possível coletar materiais nos seguintes arquivos:

- no Paraná: Biblioteca Pública do Paraná (BPP), Museu Paranaense (MP), Arquivo Público do Paraná (APP), Biblioteca da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Centro Positivista do Paraná (CPP).

- No Rio de Janeiro: IPB, Biblioteca Nacional (BN), Museu da República (MR), Arquivo Nacional (AN) e Centro de Pesquisa e Documentação/Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV). Outras fontes também foram localizadas na Capela Positivista de Porto Alegre (CPPA)³.

² No conjunto das publicações, são utilizadas diferentes denominações em relação aos responsáveis pela edição dos periódicos: Apostolado Positivista, Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, *Apostolat Positiviste du Brésil*, *Centro Positiviste du Brésil*, *Eglise et Apostolat Positiviste du Brésil*, *Eglise Positiviste du Brésil*, Igreja Positivista do Brasil, Ordem e Progresso, Religião da Humanidade, *Religion de l'Humanité*, *Religion of Humanity*, *República Occidental*.

³ O catálogo da CPPA, publicado pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, refere-se às diferentes publicações da Igreja, ainda inexploradas, a saber: publicações positivistas estrangeiras na Argentina, Chile, Inglaterra, Irlanda, França e Romênia. Existem, ainda, as obras de Augusto Comte, obras que compõem a Biblioteca Positivista, recomendada por Augusto Comte, divididas em diferentes temas como ciência, história, filosofia, moral e religião. Destacam-se periódicos publicados no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e em São Paulo. Há, ainda, um conjunto de periódicos positivistas estrangeiros publicados a partir de Buenos Aires, Santiago do Chile e Paris, Anais da I, II, III, IV e VII Reunião de Positivistas realizadas entre 1978 e 1984, em Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Vitória, respectivamente. O mesmo catálogo refere-se às Intervenções positivistas em jornais (1881-1950), fundos documentais e material iconográfico. A partir de 1930, observou-se um arrefecimento do Positivismo, portanto, um decréscimo no número das publicações de 1930, 52 títulos; 1940, 26 títulos; 1950, 8 títulos e 1960, 3 títulos. Nas décadas de 1930 e 1940,

As circulares anuais do APB caracterizavam-se como órgão informativo da IP, que eram dirigidas aos cooperadores do subsídio, um dos fundos para manutenção da Igreja. Foi um veículo de propaganda, uma espécie de revista do apostolado para difundir sua plataforma política, bem como suas ideias educacionais. A primeira circular data de 1881, assinada por Miguel Lemos. Era recorrente, nessas circulares, a divulgação dos princípios do apostolado e das bases de organização da IP, assuntos que, geralmente, abriam as circulares, acompanhadas por uma análise de conjuntura econômica e política e encerravam com apresentação de relatórios financeiros da Igreja, publicação das finanças e divulgação dos títulos das últimas publicações.

Com relação aos boletins, foram localizados números não subsequentes. Alguns exemplares eram impressos na tipografia de propriedade do *Jornal do Commercio*, outros rodados na tipografia do próprio APB. Muitos dos textos eram transcritos de jornais e revistas da época. Os periódicos ainda apresentam em suas páginas divulgação de relatórios, conhecimentos técnicos e pedagógicos, análise de conjuntura, informação sobre eventos, conselhos e sugestões aos governantes da época, apelos, projetos, discursos, exposição de problemas, apresentação de soluções, críticas e apresentavam projetos de leis, além de divulgação de novas publicações do Apostolado.

Mediante as fontes levantadas, apontaremos alguns elementos acerca do ideário educacional da IPB. Delimitaremos o período entre 1880 e 1930, que corresponde ao ano de fundação efetiva da IPB, bem como da morte de Teixeira Mendes, e que marca o período 'apostólico' de suas atividades.

A propaganda positivista

A partir de 1880, novas palavras e expressões passaram a fazer parte da propaganda e dos discursos políticos da época: 'anarquia mental', 'pedantocracia', 'os mortos governam os vivos', 'a pátria brasileira', 'incorporação do proletariado' tornando-se comuns, também na imprensa. Desde 1850 eram percebidas, na

existe uma porcentagem elevada de publicações 'políticas e mistas', versando sobre o militarismo e a II Guerra Mundial. O catálogo publicado pelo MR refere-se a folhetos, livros e periódicos. Para maior detalhamento, consultar Moussatché (1994), Leal e Pezat (1996).

Escola Militar do Rio de Janeiro, as repercussões da doutrina comteana, fazendo do positivismo científico título de monografias acadêmicas em diferentes estabelecimentos de ensino⁴.

As agitações abolicionistas espalharam-se por todo o país, especialmente a partir de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. A figura feminina foi uma das alegorias utilizadas pela Revolução Francesa também utilizada pelo Apostolado. Como forma de promover a legitimação do futuro regime republicano, difundiam símbolos e alegorias, como: a bandeira, a mulher e o hino, construindo um novo imaginário social.

A propaganda positivista expressava um profundo entusiasmo pela França, à medida que se aproximava o centenário da sua revolução, em 1889. Não é por acaso que a mudança do regime coincidiu com a referida data. Na direção desse acontecimento, em 1880, sociedades abolicionistas foram fundadas, com a finalidade de organizar suas lutas, entre elas a Sociedade Brasileira contra a Escravidão e a Associação Central Emancipacionista. Nesse contexto de ampliação e luta pela abolição do trabalho escravo, o Apostolado Positivista (AP) reforçava suas publicações em favor da abolição e fortalecia a organização da Sociedade Positivista do Rio de Janeiro (SPRJ).

Lemos, ao assumir a presidência da SPRJ, criou a denominação Centro Positivista Brasileiro (CPB). Entre eles destacam-se: Teixeira Mendes, Miguel Lemos, Benjamin Constant e Pereira Barreto.

Estabelecida nos padrões rígidos da filosofia positivista, mudou a denominação, em 1881, para Igreja Positivista da França (IPF), tendo como primeiros sócio-fundadores: Oliveira Guimarães, Benjamin Constant, Álvaro de Oliveira, Joaquim Ribeiro de Mendonça, Oscar Araújo, Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes.

⁴ Ivan Lins dá como certo o ano de 1844 como o da entrada do positivismo no Brasil. Na Escola Politécnica e na Escola Militar do Rio de Janeiro, havia já um certo grau de influência positivista. Natural que fosse nessas escolas, local em que o positivismo estivesse melhor representado e mais ativo, por serem escolas de ciências exatas e naturais, O Colégio Pedro II, a Escola Militar, a Escola da Marinha, a Escola de Medicina e a Escola Politécnica. Em 1857, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, professor de Matemática, seu mais importante divulgador, conhecido pela sua capacidade formadora perante os mais jovens, fez conhecer o positivismo em sua dimensão social e religiosa.

Miguel Lemos, no *Resumo histórico do movimento positivista no Brasil*, cita parte da carta enviada pelo chefe da Igreja Positivista da França, Pierre Laffitte, que confere a ele o título de diretor provisório do Positivismo no Brasil: “Vu l’âge et le titre d’aspirante au sacerdoce de l’Humanité, je crois que vous devez avoir le titre de directeur provisoire du Positivisme au Brésil, quoique vous l’ayez réellement en fait, et bien heureusement pour le service de notre grande Cause”⁵ LEMOS, 1882, p. 60). Miguel Lemos e Teixeira Mendes, ao converterem-se à ortodoxia positivista, tinham como propósitos principais desenvolver o culto, organizar o ensino da doutrina e intervir oportunamente nos negócios públicos.

Comte, em seu manifesto inicial na fundação da Sociedade Positivista de Paris (SPP)⁶, estabeleceu o modelo de organização adotado pela IPB:

Acabo de fundar, sob a divisa característica ‘Ordem e Progresso’, uma sociedade política destinada a preencher, em relação à segunda parte, essencialmente orgânica, da grande revolução, um ofício equivalente ao que foi tão utilmente exercido pela Sociedade dos Jacobinos, em sua primeira parte, necessariamente crítica. A ação da nova sociedade será, até, mais puramente consultiva, sem nenhuma mistura de intervenção temporal, pois que ha de assentar sobre uma doutrina geral cujos partidários são demaziado pouco numerosos para obterem outra influencia social que não seja a que puder dimanar de uma livre apreciação publica, da sidade de seus juízos e de seus conselhos. Essa doutrina acha-se exposta em seu tratado fundamental de Filosofia Positiva; e caracteriza-se sobretudo pela elaboração

historica dos dois ultimos volumes, a qual, baseada no conjunto do passado humano, determina sem utopia o futuro social, de maneira a fundar a verdadeira ciencia politica, base racional da arte correspondente (COMTE, 2000, p. 5).

Inspirados nesse modelo, os dirigentes do Apostolado, determinados em dar um rumo ao projeto positivista, partiram para a Europa, com a intenção de concluir seus estudos. O estreitamento de laços com Émile Littré e Pierre Laffitte desenvolveu interesse pela política francesa, notadamente pelos líderes positivistas. Depois de alguns meses na Europa, retornaram ao Brasil em 1881, assumindo posições mais contundentes contra as instituições imperiais, publicando artigos na ‘Gazeta de Notícias’ ao lado de outros republicanos liberais. Na circular anual de 1883, o AP refere-se aos seus membros-simpatizantes, em sua maioria estudantes da Politécnica, outros, professores e funcionários públicos, médicos e somente um operário⁷.

Comte estabeleceu algumas condições mínimas para a filiação à SPP, entre elas dedicação permanente ao sacerdócio da humanidade. Para tanto, os filiados deveriam renunciar a toda posição propriamente política, mesmo que escolhidos pelo voto direto. Em 8 de abril de 1876, dia 8 de Arquimedes do ano 88, de acordo com o calendário positivista, por iniciativa de Oliveira Guimarães, professor de matemática, ocorreu a fusão entre os grupos laffitista e littréista, aceita pela totalidade dos positivistas⁸.

⁵ Tradução: Visto a idade e título que se exige a aspirante ao sacerdócio da Humanidade, eu acredito que você tem de ter título de diretor provisório do Positivismo no Brasil, visto que tem realmente e felizmente prestado relevantes serviços a nossa grande causa.

⁶ A Sociedade Positivista de Paris nasceu com a finalidade de exercer seu ofício espiritual, por meio de seus escritos e discursos públicos, pela suas representações sistemáticas à Assembléia Nacional ou ao poder central. Suas sessões eram celebradas, inicialmente, na casa de Augusto Comte, sempre aos domingos à noite, das 7h às 10h. Dirigida por Comte, a Sociedade Positivista, a fim de manter a unidade de suas idéias entre seus membros, adotou desde o início um rigor filosófico. A escolha de cada membro era sempre submetida a aceitação dos antigos membros.

⁷ A Sociedade Positivista, que, até então, se reunia muito raramente, com o retorno de Miguel Lemos, passou a se reunir todos os domingos. Em 1878, Lemos assume a direção do Núcleo Positivista do Rio de Janeiro, das mãos de Ribeiro Mendonça, instaurando mudanças importantes na organização e funcionamento da entidade, tornadas públicas na Primeira Circular Anual do Apostolado Positivista do Brasil. A partir dessa data, o Núcleo Positivista teria um importante crescimento de cinco colaboradores em 1878, para 55 em 1881, número que crescerá até 1891, quando atingiu 174. À frente do Apostolado, Miguel Lemos passou a adotar as regras traçadas por Augusto Comte, com estatuto específico sobre seus objetivos, baseado no Manifesto Inicial da Sociedade Positivista de Paris, em 1848. A então Sociedade Positivista passou a denominar-se IPB, devendo seguir as diretrizes essenciais dos ensinamentos de Comte (CRUZ COSTA, 1967, p. 166 -167).

⁸ Os anseios de reforma intelectual e social de Comte, contudo, não se limitaram a uma política e se

A difusão do positivismo inspirou educadores, políticos e intelectuais, servindo como instrumento ideológico na disseminação do poder vigente. A música teve papel importante na propagação e difusão do nacionalismo, sobretudo com a proclamação da República.

O positivismo inspirou título de discos e de músicas, sobretudo na voz e na composição de Noel Rosa. O positivismo também tornou título de discos e músicas: O samba *Positivismo*, de 1933, de autoria de Noel Rosa, revela a presença da filosofia positivista no meio cultural mais popular do Brasil – a música – e retrata uma amada que transgrediu o fundamento básico de tal filosofia:

A verdade, meu amor, mora num poço
É Pilatos, lá na Bíblia, quem nos diz
E também faleceu por ter pescoço
O autor da guilhotina de Paris
Vai, orgulhosa, querida
Mas aceita esta lição
No câmbio incerto da vida
A libra sempre é o coração
O amor vem por princípio, a ordem por base
O progresso é que deve vir por fim
Desprezastes esta lei de Augusto Comte
E fostes ser feliz longe de mim
Vai, coração que não vibra
Com teu juro exorbitante
Transformar mais outra libra
Em dívida flutuante
A intriga nasce num café pequeno
Que se toma para ver quem vai pagar
Para não sentir mais o teu veneno
foi que eu já resolvi me envenenar (ROSA;
BARBOSA, 1978).

Outro indicador do crescimento do positivismo no Brasil são as reformas educacionais, notadamente do ensino primário e do secundário, a organização do ensino superior profissional e o veto sobre a estruturação da universidade.

desenvolveram no sentido da formulação de uma religião da humanidade. Isso aconteceu nos últimos 15 anos de sua vida, quando estabeleceu os princípios fundamentais dessa nova religião, formulando um novo calendário, cujos meses receberam nomes de grandes figuras da história do pensamento, como Descartes. O calendário tinha, também, seus dias santos nos quais se deveriam comemorar as obras de Dante, Shakespeare, Adam Smith, Xavier de Maistre e outros. Comte redigiu ainda um novo catecismo, cuja ideia central reside na substituição do Deus cristão pelo da humanidade.

Em São Paulo, o positivismo teve forte repercussão em razão de personalidades como Luís Pereira Barreto, cuja influência se fazia sentir na imprensa. Foi a partir de 1870 que o positivismo ampliou sua força, saindo dos limites de São Paulo e Rio de Janeiro, difundindo-se para outras regiões do Brasil e tornando-se modismo nacional (TRINDADE, 1999). Nesse âmbito, as reformas empreendidas por Benjamin Constant foram as mais importantes na fase do Governo Provisório. Tais reformas sofreriam alguns ajustes, mas mantiveram seus pressupostos teóricos, já que eram caracterizadas por teses liberais não intervencionistas e pela formação moralizadora, denominadas por Paim (1987, p. 560) como 'legado pombalino'.

A IPB localizada à Rua Benjamin Constant, 74, Glória, Rio de Janeiro, também conhecida como Templo da Humanidade, foi o primeiro edifício construído no mundo para difundir a Religião da Humanidade. Atualmente seus membros realizam reuniões públicas, geralmente aos domingos.

Em carta dirigida ao redator-chefe da *Gazeta de Notícias*, em 29 de março de 1881, Miguel Lemos (LEMOS, 1882, p. 58) assim agradece tal disposição: “A intervenção jornalística que V.Sa. põe a nossa disposição torna-se um elemento importantíssimo para realizar este duplo aspecto que apresenta a ação possível e necessária do Positivismo sobre a opinião pública [...]”.

Ao fazer do positivismo uma filosofia moralizadora do regime republicano, os representantes do AP negavam toda prática de corrupção, de roubo e violência. Com a proclamação da república, procuraram intervir nas principais decisões do Governo Provisório, oferecendo sugestões, muitas vezes, exigindo providências emergenciais. Desejavam que instituísem não apenas a república, mas uma ditadura republicana, isto é, um governo forte, como saída diante do contexto de radicalização das posições e do enfrentamento das classes sociais em que o mundo vivia.

O AP demonstrava sua preocupação em promover não um movimento revolucionário civil ou militar, como observara na Europa, em razão dos acontecimentos da Comuna de Paris, em 1871, mas uma ação político-militar. Essa ação seria suficiente para desalojar do poder as instituições do Império, sobretudo a Igreja, que, ainda, exerciam forte influência nos encaminhamentos sobre as questões educacionais. Sérgio Buarque de Holanda diz que: “[...] a liberdade de ensino, por exemplo, a

separação da Igreja e Estado, seriam ações necessárias para enfraquecer os privilégios acadêmicos da Igreja” (HOLANDA, 1985, p. 294).

Instalado o Governo Provisório e consumado o fato político, os membros do Apostolado congratularam-se com os republicanos de diferentes matizes. Ora assumindo, ora negando, ora afirmando, como um dos articuladores da República, por saber das condições de instabilidade na qual a República se encontrava. Nesse sentido, Holanda diz que “[...] a ditadura reclamada pelo positivismo ortodoxo era, pois, ditadura com liberdade, ditadura livremente consentida pelos cidadãos, que seriam os primeiros interessados no advento de um regime capaz de assegurar a boa ordem nos seus negócios” (HOLANDA, 1985, p. 296).

Segundo Juan Lagarrigue, representante do positivismo no Chile, assim analisa a influência positivista no processo de instalação da República:

[...] mejor comprobante de lo que digo se encuentra en la circunstancia de que el Gobierno Republicano haya hecho inscribir en la nueva bandera nacional el lema político de la Religión de la Humanidad: Orden y progreso, y esto por consejo expreso de los apóstoles altruístas del Brasil. No hace dos años que ese pueblo parecía el más retardado del Occidente en camino del progreso, como que mantenía la esclavitud y la monarquía. Desembarazado ya, por el más generoso procedimiento de esos dos obstáculos, se ha puesto ahora ostensiblemente muy de avanzadlla constituirse en República de indole sociocrática mediante el impulso salvador de la Religión de la Humanidad. No diré que el espíritu metafísico haya desaparecido del Brasil; es dable aún que intente prevalecer y descaminarlo; pero el espíritu positivo que flota luminoso y santificante sobre ese noble y bello país, lo librará de lo que pudiera entabrar todavía su marcha sociológica hacia el regimen norma⁹ (Segunda Carta á la Señora Doña

⁹ Tradução: O melhor prova do que digo está no fato de que o Governo Republicano fez inscrever no novo slogan político da bandeira nacional, a Religião da Humanidade: Ordem e Progresso, isto por sugestão dos apóstolos do Brasil. Não há dois anos que as pessoas olhavam a mais atrasada no Ocidente no caminho do progresso, e que manteve a escravidão e a monarquia. Livre desses dois obstáculos, tem agora colocada avançada ostensivamente, tornando sociocrática a República mediante impulso Salvador da Religião da Humanidade. Eu não vou dizer que o

Emilia Pardo Bazan) (LAGARRIGUE *apud* MENDES, 1913, p. 611-612).

Mendes (1906b), no opúsculo *A mystificação democrática e a regeneração social*, demonstra sua indignação contra as classes dominantes do Império, considerando-as responsáveis pela superficialidade das reformas republicanas, por pretenderem mudar o regime, sem perder privilégios. Aos olhares do Apostolado, o Império era visto como um regime de ‘barbárie’, elitista, marcado pela corrupção e pela incompetência de suas elites. A sua população pobre foi decaindo moral e espiritualmente, cuja herança deveria ser combatida em sua radicalidade. A verdadeira República, para o AP, significava um governo sem nenhuma aliança com a teologia, com a guerra e com todas aquelas forças que resistiam em romper com a forma do trabalho escravo e com a ordem imperial.

Mendes, assim descreve a República desejada:

[...] que a fôrma a adoptar deve ser *dictatorial* e não parlamentar; isto é, o governo de um chefe popular que renuncie a tornar-se dynastico, em vez do governo de uma ou mais assembléas; 2. que a dictadura deve limitar-se a manter a ordem material, garantindo a plena liberdade espiritual e moral (MENDES, 1906b, p. 28, grifos do autor).

O representante do Apostolado considerava que a República recém-proclamada não passava de uma mistificação da realidade, uma restauração grosseira do poder e que, portanto, não teria futuro diante dos acontecimentos na França. Para o Apostolado, era preciso romper com todas as convicções monárquicas, entre elas o poder da Igreja Católica, que já não representava os interesses do Brasil moderno, por sustentar uma doutrina na qual muitos não acreditavam e que possuía um poder espiritual a que não se obedecia (MENDES, 1906b).

Mendes, no sentido de atingir tal objetivo, tornou públicas algumas providências mais urgentes a serem tomadas pelo Governo Provisório:

Espírito metafísico no Brasil desapareceu; Ainda é possível para não prevalecer o descaminho; mas o espírito positivo que flutua sobre esse nobre, brilhante, santificado e belo país, vai entregar o que ainda poderia dificultar sua marcha sociológica para o regime padrão

1º – Conservação da ditadura republicana surgida a 15 de novembro; 2º – O régimen parlamentar abolido, o governo mandaria elaborar, sob sua direção, uma constituição que seria submetida ao livre exame do público; 3º – Este projeto constitucional seria em seguida apresentado à aprovação plebicitária dos cidadãos, ou das municipalidades de toda a república; 4º – A nova constituição deveria combinar o princípio da ditadura republicana com a mais completa liberdade espiritual. Tal combinação ficaria assegurada do modo seguinte: (a) perpetuidade da função ditatorial, acumulando o poder executivo, compreendendo neste o poder judiciário, com o poder legislativo, e transmissão do poder a um sucessor livremente eleito pelo ditador, sob a sanção da opinião pública convenientemente consultada; (b) separação da Igreja do Estado, supressão do ensino oficial, salvo a instrução primária, plena liberdade de reunião e de discussão, sob a única condição da assinatura dos escritores, e liberdade completa profissional, mediante a abolição de todos os privilégios científicos, técnicos e industriais; (c) uma única assembleia, eleita por escrutínio às claras, pouco numerosa, e exclusivamente destinada a votar o imposto e a fiscalizar as despesas. 5º – A situação material adquirida pelos funcionários, quer civis, quer militares, cujos cargos oficiais fossem suprimidos, seria salvaguardada (MENDES, 1913, p. 593).

O Apostolado procurava exercer fortes pressões políticas junto aos governadores com o intuito de que a União não intervisse nos estados. A federação, em contrapartida, deveria exigir como condição para pertencer aos Estados Unidos do Brasil que cada estado aceitasse a liberdade religiosa, a liberdade de cultos, o casamento civil, a secularização dos cemitérios e o registro dos nascimentos.

O Apostolado Positivista e a educação

Analisar o projeto educacional do APB, requer considerar os fundamentos filosóficos desse ideário e o da base material pelos quais se orienta. Nesse sentido, procuramos evidenciá-los nas fontes indicadas no início deste trabalho, sobretudo nos escritos de Teixeira Mendes e Miguel Lemos, principais líderes e dirigentes da IPB.

O ponto de partida desses dois apóstolos apóia-se na visão de uma sociedade em crise. Após um breve balanço das condições sociais, políticas e educacionais do Brasil no final do século XIX, tendo como pano de fundo a educação promovida no Império, os autores apresentam um conjunto de medidas consideradas emergenciais para regenerar a moral dos indivíduos. Conforme Paul Arbousse-Bastide em *La doctrine de l'éducation universelle dans la philosophie d'Auguste Comte*, a obra do filósofo pode ser compreendida como um imenso projeto pedagógico. Nesse sentido, no *Plano dos trabalhos científicos necessários para reorganizar a sociedade*, ensaio redigido por Comte em 1822, já aparece a intenção de utilizar a educação para promover a regeneração humana. Desse modo, as concepções educacionais de Comte devem ser buscadas em fragmentos dispersos no conjunto de sua obra (ARBOUSSE-BASTIDE, 1957).

No cenário desses debates no campo educacional, os positivistas lançaram, então, mais alguns questionamentos: onde o Estado deveria intervir em matéria de educação? O Estado deve organizar todos os graus de ensino ou somente o nível mais elementar? Quem deveria manter e organizar o ensino secundário? A quem deveria servir? E o ensino superior? O Estado deve manter o monopólio ou permitir a iniciativa particular e a liberdade de ensinar? Finalmente, uma questão muito cara ao Apostolado: o Estado deve tornar o ensino obrigatório? Sobre esse aspecto, os dois apóstolos não tinham dúvidas de que o ensino não deveria ser obrigatório. Essas são algumas questões que serão tratadas neste artigo que permearam o debate educacional naquele período, para, então, apresentar e discutir as propostas educacionais do APB, formuladas e tornadas públicas entre 1870 e 1927, fase de articulação, organização e constituição dos instrumentos político-institucionais da República.

Convém alertar que as mudanças no campo educacional propostas pelos positivistas devem ser compreendidas à luz de uma conjuntura internacional, que exigia uma nova concepção de homem e sociedade face às transformações que estavam ocorrendo no mundo da produção. Os textos relativos à educação, em sua maioria, foram publicados em folhetos. Seus conteúdos partem de críticas às orientações educacionais praticadas no Império e às instituições de uma maneira geral, fazendo um balanço da 'situação caótica' em que se encontrava a instrução pública. A questão educacional, para o APB, não é tomada isoladamente, cujo ponto de partida

deveria discutir a educação no Brasil como parte de um projeto social a ser implementado. Para sua consecução, haveria necessidade de algumas medidas, tais como: separar a Igreja do Estado, mediante a existência de uma pedagogia laica, concebida nos elementos da cientificidade, bem como evitar a intervenção do Estado nos assuntos educacionais.

Os representantes do APB criticavam as mazelas das instituições do Império, responsabilizando-as pela situação de atraso e abandono em que se encontrava a educação brasileira. O Império era visto como um regime elitista, corrupto e incapaz de fazer do Brasil uma verdadeira nação, uma vez que, no Império, o Estado agia como um poder absoluto, deixando a nação e seus membros abandonados a toda sorte. Urgia, nesse sentido, a formação de uma sociedade de cidadãos que comungassem com os princípios de uma república liberal-democrática e moderna.

Os objetivos a serem atingidos estavam circunscritos a seis principais: a) valorizar a educação doméstica; b) incorporar o proletariado na sociedade; c) promover a liberdade de ensino; d) combater a obrigatoriedade do ensino nas escolas; e) realizar uma ampla reforma mental; f) e erradicar a influência católica dos conteúdos escolares.

A Igreja Positivista como templo civilizador

A IPB organizou-se em torno de um conjunto de propostas disseminadas por várias regiões do país de acordo com o nível de articulação das forças econômicas e políticas, locais e regionais. Nas discussões da época, a abolição da escravidão tornou-se o grande desafio dos republicanos, determinando movimentos de renovação e modernização das ideias.

Mendes, assim descreve a situação dominante:

Ninguém pôde desconhecer, mesmo sem uma teoria histórica, o estado de profunda anarquia mental e moral em que se encontra mergulhada a sociedade atual. Estamos em uma época de negação, de dúvida, de discussão, de pesquisa. Todas as antigas bases intelectuais e morais, sobre as quais assentávão as relações dos homens entre si, foram derribadas. Múltiplas doutrinas disputam-se o império das inteligências e dos corações, porém nenhuma adquiriu ainda bastante acedente para estabelecer uma

comunidade de opinião capaz de prescrever com eficácia, a todos os membros da sociedade, os seus recíprocos deveres. A filozofia da história, fundada por Augusto Comte, faz ver que este estado de anarquia mental e moral resultou da decadência inevitável, primeiro espontânea, depois sistemática, do último régimen orgânico que prezidiu os destinos da Humanidade: o sistema católico-feudal (MENDES, 1936, p. 19-20).

Constant interpretou a seu modo alguns princípios positivistas que, segundo ele, melhor se adequavam aos objetivos da República em torno de seus projetos reformistas, envolvendo objetivos, conteúdos e métodos. O império do saber substituiria o uso da força, em que o poder tirano seria corrigido por uma boa formação, visto que somente o conhecimento poderia livrar os indivíduos dos equívocos, das ilusões e fantasias, cujo verdadeiro saber consistiria em valorizar a formação para alcançar uma vida justa, virtuosa e feliz. É por intermédio da virtude que se pode adquirir o conhecimento capaz de livrar os indivíduos da miséria, das imperfeições e da opressão. A ignorância era com frequência, apontada pelos positivistas como a causa principal dos problemas da condição humana.

Para o estabelecimento da regeneração social, um novo programa de proteção social deveria ser encaminhado, no qual o homem sustentaria a mulher, protegia os anciões e as crianças do trabalho industrial de maneira que a mulher pudesse preencher, convenientemente, o seu 'santo' destino social.

O salário do chefe de família deve ser o suficiente para alimentar a esposa, os filhos menores, e os pais. Além disso, cada família operária deve possuir um domicílio com sete cômodos. A satisfação dessas condições redundará em aperfeiçoamento industrial pelo aumento do valor moral, mental, e mesmo técnico, do trabalhador (MENDES, 1906a, p. 04).

A crescente urbanização, provocada pela imigração e migração em várias partes, dava o novo paradigma da modernização, em que a vida deveria ser organizada nos centros urbanos industriais. O anticlericalismo não era componente exclusivo do APB, mas estava presente em diferentes correntes do pensamento intelectual. Os ataques à Igreja Católica eram justificados pelo fato de ela manter para si o monopólio de decisões políticas, de associar-se ao Estado e insistir em certas 'verdades' no campo educacional. As ideias do positivismo e da ideologia liberal leiga influenciaram na libertação dos escravos, na Proclamação da República e intensificaram a luta em torno da questão da escola pública, laica e gratuita e pelo ensino das ciências.

Na Primeira República, a influência positivista na educação teve apenas efeitos passageiros. A constituição de 1891 atribuiu à União a incumbência pelo ensino superior e secundário, reservando aos estados o ensino fundamental e o profissional. Dessa forma, a educação elementar continuou a receber menos atenção. Com a crescente industrialização e urbanização, formou-se uma nova burguesia, que exigia o acesso à educação. Nos anos vinte, cresceram os movimentos políticos e culturais, contexto em que educadores introduziram o pensamento liberal democrático, que defendia a escola pública para todos a fim de se alcançar uma sociedade igualitária e sem privilégios.

O Apostolado, ao ganhar força perante muitos intelectuais, acusava a Igreja Católica de se opor às ideias do progresso em franca expansão no mundo e, portanto, de colocar-se como uma instituição conservadora. A ideia de progresso, no Brasil, consistia em emancipar a população e a sociedade em geral do jugo eclesiástico e das antigas tradições e crenças, cujos valores religiosos ainda estavam arraigados nas diferentes classes sociais.

Para o AP, educação consiste em um processo que envolveria instruir e educar, sendo essas modalidades de ensino necessárias para inserir indivíduos em uma dada sociedade. Todavia, ensinar envolve diferentes formas de transmissão de saberes. Por exemplo, a educação aos olhares dos positivistas não se resume ao ensino formal (escolar). O processo de educar ocorre em diferentes lugares e contextos (não-escolares), expressa-se em grande medida no lar, com os exemplos dos pais, as experiências de vida, na família e nas relações sociais. A 'educação doméstica', isto é, na família é concebida como o espaço mais apropriado para se ensinar, na medida em que ocorre de maneira mais sistemática e livre, pois é acompanhada diariamente pela mãe, de acordo com as necessidades.

A denominada educação doméstica ganha importância, sobretudo, em relação à formação moral e aos deveres a serem praticados. O ensino mais formal ganha relevância na ideia de instrução, ou seja, na formação e no desenvolvimento de algumas habilidades para o trabalho. Portanto, a educação no conjunto do projeto educacional do Apostolado, consistia na transmissão de saberes visando forjá-lo para uma missão na sociedade mediante o desenvolvimento do sentimento, do entusiasmo, do respeito às hierarquias, do amor pela pátria, e da promoção da harmonia.

O ideário educacional dos positivistas tinha como princípios orientadores a liberdade e laicidade do ensino, como também a gratuidade da escola primária. Uma das intenções dessa reforma era transformar o ensino em formador de alunos para os cursos superiores e não apenas preparador. Havia, ainda, outra intenção: substituir a predominância literária. Um dos fundamentos do positivismo é a ideia de que tudo o que se refere ao saber humano pode ser sistematizado segundo os princípios

adotados como critério de verdade para as ciências exatas e biológicas. Isso se aplicaria também aos fenômenos sociais, que deveriam ser reduzidos a leis gerais como as da física. Para Comte, a análise científica aplicada à sociedade é o cerne da Sociologia, cujo objetivo seria o planejamento da organização social e política.

O projeto de República, assentado sobre um modelo de educação com poder transformador, estaria no esforço de uma reforma educacional duradoura e efetiva, capaz de alterar o quadro nacional. Essa perspectiva política apontava para um tipo de educação como instrumento de instauração, consolidação e manutenção de uma ordem democrático-republicana. A educação para a moral e para o trabalho era entendida como a mais elevada formação, acima inclusive, do ler e do escrever. Tal empreendimento deveria ser uma tarefa educativa, que não se resumia à instituição escolar, mas deveria ser enfrentada especialmente no ambiente familiar, no trabalho, enfim, na vida social:

O bem público não exige simplesmente saber ler e escrever e ser letrado; o bem público exige que se possuam conhecimentos reais e úteis sobre o mundo, a sociedade e o homem. Mas, acima, disso, e como condição imprescindível para isso, torna-se necessário que os ensinados e os que aprendem estejam animados realmente pelos sentimentos altruístas. Não só, os grandes pensamentos vêm do coração, conforme a observação de Vauvenargues, mas também é só o coração que permite compreender os grandes pensamentos, segundo demonstrou Augusto Comte. Portanto, o problema do ensino público supõe, antes de tudo, que os que pretendem ensinar possuam uma doutrina sistematizando os grandes sentimentos humanos e de só ensinar tal doutrina, manifestada aliás na conduta doméstica, cívica e planetária, dos que pretendão sustentar o ensino e ministrar o ensino [...] (MENDES 1906a, p. 132-133).

A questão moral, aos olhares dos positivistas, consistia no maior problema da humanidade no final do século XIX. Portanto, o processo educacional deveria centrar-se na melhoria da ética humana. As tensões sociais presentes na Europa, por conta da Comuna de Paris (1871) eram compreendidas como sendo resultado de uma anarquia moral que precisava ser corrigida. Urgia, no plano dos positivistas, a necessidade de uma renovação mental e social, como denunciava Comte “[...] a grande crise política e moral das sociedades atuais provém,

em última análise, da anarquia intelectual” (COMTE, 2000, p. 40).

A educação foi tema recorrente entre os positivistas, que faziam a defesa intransigente da formação humana. A ideia de ciência como salvação, no sentido que conhecemos atualmente, não foi exclusiva dos positivistas. Desde Platão, sobretudo com os pensadores renascentistas, entre eles os utopistas, a questão do saber tem sido apontada como instrumento poderoso na construção da vida, atribuindo aos educadores um papel central. Esse fenômeno tem sido denominado de messianismo pedagógico e tem predominado nas teorias pedagógicas modernas desde o século XVI, especialmente com Francis Bacon (1561-1626), pois foi ele quem fez a defesa intransigente de uma sociedade do conhecimento por meio de sua máxima ‘saber é poder’.

Marcado pela ideia-força da ciência, do laicismo e da razão, o positivismo saiu em defesa de uma ciência livre, como condição imprescindível para garantir os valores da igualdade, justiça e fraternidade, ideais tão caros à Revolução Francesa. Assim, o ideário positivista é marcado por uma forte carga de otimismo e de esperança no futuro, a partir da exaltação da ciência e do saber com instrumentos de instalação de um novo mundo.

Segundo Comte, há “[...] a necessidade de substituir nossa educação européia, ainda essencialmente teológica, metafísica e literária, por uma educação positiva, conforme ao espírito de nossa época e adaptada às necessidades da civilização moderna” (2000, p. 37). A filosofia comteana idealiza um homem prático, empírico e empreendedor, por meio da valorização de uma educação utilitarista. Seguindo o ideário dos utópicos, entre eles Sant-Simon e Fourier, Comte defendia a necessidade de uma completa reorganização do saber e reforma intelectual.

Comte julgava o mundo moderno como uma época de desordem econômica, política, moral e intelectual, apontando, como solução, a necessidade de uma nova filosofia: “Só a filosofia positiva pode ser considerada a única base sólida da reorganização social, que deve terminar o estado de crise no qual se encontram, há tanto tempo, as nações mais civilizadas” (COMTE, 2000, p. 39).

As obras de Augusto Comte não apresentavam tratados exclusivos sobre a educação. Entretanto seus conteúdos expressavam uma profunda crença no processo educativo, ancorado numa ciência emergente, como instrumento de salvação da sociedade,

ideal característico da concepção moderna de educação. Ciência, daí previdência; previdência, daí ação: fórmula muito simples que exprime, de uma maneira exata, a relação geral da ciência e da arte, tomando essas duas expressões em sua acepção total.

Considerações finais

Identificamos que os periódicos assumiam a posição de veículos de propaganda ideológica do positivismo, expressando o compromisso com a divulgação de um ideário em que o processo educacional é fundamental às futuras gerações, especialmente à formação da juventude e à preparação de mulheres, no enfrentamento dos desafios da vida urbano-industrial.

O registro da história da educação também impõe a necessidade de realizar estudos no sentido de buscar subsídios para avaliar o pensamento educacional, as instituições educacionais e as práticas educativas por elas implementadas. A abordagem de problemas emergentes e a busca de novas fontes devem ser constantes no ofício do historiador, porém, não devem ser exercícios de mera subjetividade ou de solução de curiosidades individuais. Nesse prisma, a valorização dos clássicos e a busca do fazer científico devem estar no horizonte do pesquisador.

Teixeira Mendes e Miguel Lemos, líderes da IPB, disseminaram a ideia de que a escola seria capaz de eliminar a crise e a violência que dominavam a sociedade. O projeto educacional do apostolado deve ser compreendido no conjunto de seus escritos político-filosóficos, ao reforçar uma nova concepção de homem, educação e sociedade, fundada no interesse da burguesia. Com relação à formação humana ocuparam-se em pensar e propor uma educação calcada no conteúdo moral. Com isso, havia um forte poder de moralização da formação para o trabalho e de estabelecimento de regras de convivência social. Esse discurso, muito presente naquela época, preocupava-se em propor uma regeneração da humanidade.

A posição do Apostolado era reivindicar uma sociedade regida por um modelo educacional cujos sustentáculos estavam na racionalidade emergente, com a finalidade de adaptar os indivíduos às necessidades econômicas, políticas e sociais em curso na época. Ainda que reduzido, o grupo do AP exerceu influência em questões importantes, como a organização da universidade, além de marcar presença nos momentos políticos

decisivos, especialmente em relação ao Governo Provisório.

Concordando com Shaff (1995), ao indagar sobre a razão de sempre estarmos reescrevendo a história, consideramos que esse processo deve basicamente às necessidades do presente e dos efeitos dos acontecimentos do passado no presente: primeira explicação da reinterpretação da história está em relação com as posições do presentismo e é principalmente defendida pelos representantes desta corrente “[...] o presentismo levado às últimas conseqüências conduz à negação da verdade histórica objetiva, e portanto, à negação da história como ciência” (SHAFF, 1995, p. 270).

Com as análises realizadas no decorrer deste artigo, entendemos que analisar a história pela revisitação de fontes educacionais é o caminho necessário para o entendimento do processo educacional brasileiro, numa via em que o ensino e a pesquisa se entrecruzam e formam o caráter genuíno da produção do conhecimento humano.

A educação, apresentada como instrumento imprescindível às classes sociais, sobretudo ao proletariado, deveria incutir nos indivíduos sentimentos de responsabilidade social. Para o Apostolado, o ‘mal’ do século XIX não estava localizado no campo material e econômico, mas exclusivamente no campo moral. Aos olhares dos membros do apostolado, a educação consistia nas mais variadas formas de transmissão de saberes, devendo estar sob o domínio da mulher, ou seja, ser essencialmente uma tarefa doméstica e formal, dado o aspecto de formação moral assumido pela instância feminina. Isso em virtude de a educação, enquanto processo formativo, estar no núcleo familiar, promovendo a transmissão do altruísmo dos sentimentos.

As transformações produzidas pela Revolução Industrial levaram os positivistas a proclamar a educação e o saber como instrumentos igualizadores entre os indivíduos. A ideia de escola pública, nesse cenário, significava, acima de tudo, a conquista de cabeças e corações - especialmente, de crianças e jovens, em torno desse ideário.

Longe de esgotar esta discussão, objetivamos contribuir com a historiografia da educação brasileira sobre um importante período de nossa história. Esperamos, ao menos, ter levantado novas hipóteses e questões para pesquisas futuras, e, concomitantemente, ter contribuído para a revisitação e a preservação das fontes educacionais, tão necessárias para entender o processo educacional brasileiro.

Entendemos que a presença da Igreja Positivista no processo de formulação do projeto educacional republicano merece maiores estudos, considerando o volume de publicações existentes no acervo da própria IP.

Referências

- ARANA, H. G. **Positivismo: reabrindo o debate**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.
- ARBOUSSE-BASTIDE, P. **La doctrine de l'éducation universelle dans la philosophie d'Auguste Comte**. Paris: Presses Universitaires de France, 1957.
- COMTE, A. **Curso de filosofia positiva**. São Paulo: Abril Cultural, 2000 (Coleção Os Pensadores).
- CARVALHO, J. M. de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CRUZ COSTA, J. **Contribuição à história das idéias no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- HOLANDA, S. B. de. **História geral da civilização brasileira**. Tomo II. O Brasil Monárquico: Do império à república. São Paulo: Difel, 1985.
- LINS, I. **História do positivismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- LEAL, E. da C.; PEZAT, P. R. Capela positivista de Porto Alegre: **Acervo Bibliográfico, Documental e iconográfico**. Porto Alegre: FUMPROARTE – Programa de Pós-graduação em História da UFRGS, 1996.
- LEMOS, M. **Resumo histórico do movimento positivista no Brasil Ano de 93 (1881)**. Rio de Janeiro: Igreja Positivista do Brasil, 1882.
- MENDES, R. T. **A verdadeira política republicana e a incorporação do proletariado na sociedade moderna**. Rio de Janeiro: Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, 1906a.
- _____. **A mystificação democrática e a regeneração social**. Rio de Janeiro: Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, 1906b.

_____. **Benjamin Constant:** esboço de uma apreciação sintética da vida e da obra do fundador da república brasileira. Rio de Janeiro: Apostolado Positivista do Brasil, 1913.

_____. **O ideal republicano de Benjamin Constant.** Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1936.

MOUSSATCHÉ, I. (Org.). **Igreja positivista do Brasil:** acervo bibliográfico compilado por Iara Moussatché 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Museu da República, 1994.

PAIM, A. **O apostolado positivista e a república.** Brasília, DF: Universidade de Brasília, Câmara dos Deputados, 1987.

ROSA, N.; BARBOSA, O. Positivismo. 1933. In. ROSA, N. **Pixinguinha e sua orquestra.** Rio de Janeiro: Disco Columba, 1978.

SCHAFF, A. **História e verdade.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas:** forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades; 34, 2000.

SOARES, M. P. **O positivismo no Brasil:** 200 anos de Augusto Comte. Porto Alegre: AGE, Editora da Universidade, 1998.

TRINDADE, H. (Org.). **O positivismo:** teoria e prática. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

Recebido em: 09/12/2014

Aceito em: 25/02/2015